

TUCANOS NA MIRA

A REVELAÇÃO DA FORTUNA ACUMULADA POR PAULO PRETO NA SUÍÇA ASSOMBRA CACIQUES DO PSDB PAULISTA. RESTA SABER COMO VÃO SE COMPORTAR GILMAR MENDES E RAQUEL DODGE

por RODRIGO MARTINS

De tempos em tempos, fotos de aves engaioladas da família *Ramphastidae* alastram-se pelas redes sociais. Não se trata de um alerta sobre o comércio ilegal de espécies em extinção. A denúncia é de outra natureza. Em tom de deboche, as imagens costumam vir acompanhadas com a provocativa legenda: “Para ninguém morrer antes de ver um tucano preso”. A desenvoltura com a qual caciques do PSDB se desvencilham das investigações, na Lava Jato e em dezenas de escândalos passados, apenas reforça a validade da troca política. Um velho fantasma voltou, porém, para assombrar as lideranças tucanas. Seria capaz de transpor esse inexplicável escudo judicial?

Apontado como operador de propinas do PSDB em São Paulo, o engenheiro

Paulo Vieira de Souza ressurgiu no noticiário após a revelação de uma informação compartilhada pelo Ministério Público da Suíça com procuradores paulistas. As autoridades da nação europeia descobriram, em junho de 2016, uma soma de 35 milhões de francos suíços, o equivalente a 113 milhões de reais, em

**O EX-DIRETOR
DA DERSA ERA
O BENEFICIÁRIO
DE 113 MILHÕES DE
REAIS DEPOSITADOS
EM NOME DE UMA
OFFSHORE**

quatro contas atribuídas ao ex-diretor da Dersa, estatal responsável por obras nas rodovias estaduais.

Ao longo do último ano, “Paulo Preto”, como é conhecido, foi mencionado por ao menos sete delatores da Lava Jato, que o acusam de cobrar propina das empreiteiras responsáveis pela construção do Rodoanel, complexo viário que circunda a capital paulista, para abastecer campanhas do senador e ex-governador José Serra e do chanceler Aloysio Nunes Ferreira, padrinho do engenheiro na política e amigo de quase três décadas.

Obra viária mais cara da história do estado, a construção dos 177 quilômetros do Rodoanel deve ser concluída em agosto de 2018, ao custo de 26 bilhões de reais, mais de duas vezes e meia o valor previsto no orçamento inicial (9,9 bilhões, em 1998). O montante descoberto

JEFFERSON RUDY/AG. SENADO E ROBSON FERNANDES/ESTADÃO CONTEÚDO



Aloysio Nunes Ferreira e José Serra seriam os destinatários da propina arrecadada por Paulo Preto com as empreiteiras, afirmam delatores



no banco suíço Bordier & Cie estava em nome de uma *offshore* panamenha, que indicou Vieira de Souza como beneficiário. Em fevereiro do ano passado, o dinheiro acabou transferido para um banco em Nassau, nas Bahamas, tradicional refúgio caribenho de piratas e sonegadores. A movimentação financeira, talvez com a intenção de despistar os investigadores, serviu de base para a juíza Maria Isabel do Prado, da 5ª Vara Federal de São Paulo, determinar a quebra do sigilo bancário do ex-diretor da Dersa.

A decisão é de outubro do ano passado, mas tornou-se pública apenas no fim de fevereiro, quando a peça foi anexada pela

A construção dos 177 quilômetros do Rodoanel deve ser concluída em agosto de 2018, ao custo de 26 bilhões de reais, mais de duas vezes e meia o valor previsto inicialmente

defesa de Vieira de Souza em inquéritos sobre o Rodoanel no STF, com menções a Serra e Nunes Ferreira e sob relatoria do ministro Gilmar Mendes. Conforme consta nos autos, os procuradores suíços compartilharam espontaneamente os dados bancários com as autoridades brasileiras. No processo na primeira instância da Justiça Federal, o engenheiro é acusado de desviar recursos destinados ao pagamento de indenização aos moradores desalojados para a construção do Rodoanel.

Ao remeter os autos para o STF, a defesa busca atrelar o futuro do ex-diretor da Dersa ao dos caciques tucanos com direito a foro privilegiado. Em ofício, Paulo Preto pediu para Mendes suspender o acordo de cooperação internacional e avocar para o seu gabinete três investigações contra ele que tramitam em São Paulo. Detalhe curioso: a defesa do ex-diretor da Dersa é liderada pelo ex-subprocurador-geral da República José Roberto Figueiredo Santoro, que também representa o chanceler Nunes Ferreira em casos da Lava Jato.

Segundo delatores da Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão, ao assumir o governo de São Paulo em 2007, Serra decidiu reduzir em 4% o valor do trecho sul do Rodoanel, cujas obras foram confiadas a cinco consórcios de empreiteiras. Para compensar a perda de pouco mais de 100 milhões de reais, Paulo Preto sugeriu às empresas uma mudança no regime contratual, de preço por unidade para preço global. Em troca, pediu uma propina de 0,75% sobre qualquer repasse feito pela Dersa. A alteração recebeu o aval de Nunes Ferreira, à época secretário da Casa Civil de Serra. Concluída em 2010, a obra



NO RODOANEL, 0,75% DE TODOS OS REPASSES FEITOS PELA DERSA ERA DESVIADO PARA O PSDB, DIZEM DELATORES

custou aos cofres públicos 3,5 bilhões de reais, o que pode ter gerado uma propina de 26 milhões apenas nesse negócio.

Vieira de Souza nega ter cobrado propina para abastecer campanhas tucanas. Serra afirma jamais ter autorizado, direta ou indiretamente, “qualquer negociação ilegal em seu governo”. Da mesma forma, o chanceler Nunes Ferreira refuta a informação de que o ex-diretor da Dersa tenha arrecadado recursos para a sua candidatura ao Senado, em 2010. Segundo ele, as mudanças no regime de pagamentos do trecho sul do Rodoanel evitaram atrasos e o encarecimento das obras.

Iniciada com as delações da Odebrecht, homologadas em janeiro de 2017 por Cármen Lúcia, presidente do Supremo, a investigação sobre o Rodoanel tomou corpo recentemente. Em 16 de fevereiro, foram revelados os depoimentos de Carlos Henrique Barbosa Lemos, ex-presidente da OAS, e de Flávio David Barra, ex-presidente da Andrade Gutierrez Engenharia. Segundo eles, as empreiteiras criaram um “grupo de trabalho” que participou da elaboração do edital do trecho sul.

Em agosto do ano passado, Lemos declarou ter sido orientado pela Andrade Gutierrez sobre a necessidade de pagar 30 milhões de reais para Dario Rais Lopes, secretário de Transportes de São Paulo de 2003 a 2006. Segundo o depoimento, a quantia seria destinada a campanhas eleitorais do PSDB. Em janeiro deste ano, Serra foi acusado por Pedro Novis, presidente da Odebrecht entre 2002 e 2008, de receber 52,4 milhões de reais em propina da empreiteira. Novis narrou dois encontros em 2009 com o falecido ex-presidente do PSDB, Sérgio Guerra. Em um deles, o tucano

DERSA, PAULO PINTO/FOTOS PÚBLICAS E ALAN MARQUES/FOLHAPRESS



No Cade, a multinacional Siemens apresentou provas de um cartel que fraudou licitações do Metrô e da CPTM, gerando um prejuízo bilionário para os cofres públicos

teria solicitado os 30 milhões de reais para financiar campanhas do partido.

A proximidade de Serra com Paulo Preto foi exposta durante a campanha de 2010. Em debate na TV Bandeirantes, a então candidata Dilma Rousseff questionou o tucano sobre a denúncia, divulgada pela revista *IstoÉ*, de que o engenheiro teria fugido com 4 milhões de reais da campanha do PSDB – grana de caixa 2, sobre a qual não se pode reclamar em público. Após a citação, jornalistas cuidaram de cercar Serra para obter a resposta que ele não deu na ocasião. “Nunca ouvi falar. Ele é um factóide”, declarou um dia após o debate.

Pouco depois, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, o ex-arrecadador tratou de refrescar a memória do tucano. “Não somos amigos, mas ele me conhece muito bem”, disse Paulo Preto. “Não se larga um líder ferido na estrada em troca de nada. Não cometam esse erro.” Após a ameaça, Serra não apenas reconheceu o antigo aliado como



saiu em sua defesa. “A acusação contra ele é injusta. Não houve desvio de dinheiro de campanha por parte de ninguém, nem do Paulo Souza”, disse o tucano, ressaltando que o apelido “Preto” é preconceituoso.

Vieira de Souza possui extensa lista de serviços prestados ao PSDB. Entre 2005 e 2010, ocupou cargos de diretoria na Dersa, primeiro nas Relações Institucionais, nomeado por Geraldo Alckmin, depois na divisão de Engenharia, empossado por Serra. Antes disso, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, trabalhou como assessor especial da Presidência, no programa Empreendedor Rural.

Quem o levou ao Planalto foi Nunes Ferreira, então secretário-geral da Presidência. Na verdade, eles se conheciam desde o início dos anos 1990, quando Paulo Preto ocupava uma diretoria no Metrô. À época, Nunes Ferreira era filiado ao PMDB e estava no comando da Secretaria dos Transportes Metropolitanos de Luís Antônio Fleury Filho. Tamanho era o entrosamento da dupla que familiares do engenheiro chegaram a emprestar 300 mil reais para o hoje chanceler cobrir a compra de apartamento em Higienópolis, na capital paulista.

Ao ser demitido da Dersa, Paulo Preto ostentava um padrão de vida invejável para quem passou boa parte da carreira no serviço público. Dono de casas em Ubatuba e Campos do Jordão, morava em um apartamento de 550 metros quadrados na Vila Nova Conceição, um dos bairros mais valorizados de São Paulo. Atualmente, o metro quadrado na região

Até hoje o ex-governador de Minas Eduardo Azeredo aguarda em liberdade o julgamento dos recursos, após ser condenado pelo “mensalão tucano”. Foi o embrião do esquema petista, já punido



Temer busca desesperadamente aliados no poder para protegê-lo após deixar a Presidência. Alckmin o esnoba, mas pode ser forçado a reavaliar a decisão de guardar distância

vale mais de 16 mil reais. Um imóvel nessa dimensão custaria ao menos 8,8 milhões.

O nome do engenheiro também está registrado em documentos apreendidos pela Polícia Federal na Operação Castelo de Areia, que investigou a empreiteira Camargo Corrêa em 2008 e 2009. Quando a investigação começava a atingir figuras como Serra, Alckmin e Nunes, acabou suspensa e depois anulada pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que considerou ilegal a quebra do sigilo telefônico de suspeitos. Em setembro de 2017, a Justiça mandou destruir todas as provas.

Mesmo ferido, Paulo Preto ainda não abriu o bico. Ao longo do ano passado, cogitou celebrar um acordo de delação, mas acabou desistindo, segundo diversos relatos na mídia. Após a revelação das contas na Suíça e da possibilidade de ser preso, pode voltar à mesa de negociações com o Ministério Público Federal. A ameaça é concreta, ao menos se o Judiciário for coerente com decisões anteriores. Em março de 2015, o ex-diretor da Petrobras Renato Duque movimentou 20 milhões de euros de uma conta em Mônaco, o que serviu de justificativa para a sua prisão. No entender dos procuradores responsáveis pelo caso, tratava-se de uma manobra para apagar rastros.

Veremos como a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, vai se portar diante do caso. Delatores da Odebrecht apontaram Paulo Preto como operador das propinas do PSDB de São Paulo, em particular para Serra, o que motivou a abertura de uma investigação autorizada pelo STF. Responsável pelo inquérito, Dodge afirmou por escrito que



não conduziria essa apuração, e sim a Procuradoria da República em São Paulo. Ao mesmo tempo, pediu para a Justiça Federal permitir à defesa vista do caso, até então sigiloso. Em reportagem publicada pela *Folha de S.Paulo*, Rubens Valente e Reynaldo Turollo Jr. esmiúçam essas “lacunas”, além de revelar que a PF só soube da existência das contas na Suíça no fim de janeiro, enquanto a informação estava em poder do MPF desde agosto de 2017.

Aflito com os processos judiciais que o esperam assim que entregar a faixa presidencial, em 1º de janeiro de 2019,

Michel Temer tem todo o interesse de colocar a PF para trabalhar com afinco no caso. Alvo de duas denúncias da PGR por corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da Justiça, derivadas das delações de executivos da JBS, ele busca desesperadamente aliados no poder para protegê-lo das flechadas.

Há tempos Temer tenta atrair Alckmin para alguma aliança, mas tem sido esnobado pelo presidenciável tucano. Se não consegue atraí-lo por bem, ameaça endurecer o jogo. E parece disposto a usar o Cade, tribunal antitruste, para essa finalidade, como demonstrou André Barrocal na edição 991 de *CartaCapital*. Desde 2017, há dois indicados de Temer no comando do órgão: o presidente, Alexandre Barreto de Souza, e o superintendente-geral, Alexandre Cordeiro Macedo.

Eles controlam quatro investigações perigosas para Alckmin. Uma delas averigua a formação de um cartel que fraudava licitações do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. As outras tratam do conluio de empreiteiras

**PARA MANTER
OS TUCANOS
NAS CORDAS,
TEMER GUARDA
UM IMPORTANTE
TRUNFO NO CADE**

para diversas obras viárias no estado de São Paulo, entre elas o Rodoanel – resultado de um acordo de leniência celebrado pela Odebrecht em julho de 2017.

O caso do “trensão” começou em maio de 2013, quando a multinacional alemã Siemens firmou um acordo de leniência com o Cade e apresentou provas de um conluio de fabricantes de trens para dividir contratos com o governo paulista de 1998 a 2008, gerando um prejuízo bilionário para os cofres públicos. Durante esse período, o estado de São Paulo foi administrado por Mario Covas, Serra e Alckmin, todos do PSDB.

Normalmente, as investigações sobre cartéis concentram-se nas práticas ilícitas das empresas, e não naquelas atribuídas a agentes públicos. Não há como evitar, porém, balas perdidas a atingir mais tucanos. A Siemens identificou fraudes em 15 contratos, que somavam 9,4 bilhões de reais. É difícil imaginar que um esquema dessa magnitude, um conluio que perdurou por dez anos, tenha passado despercebido pela cúpula tucana no estado.

Resta saber se essa inesperada conjunção de fatores, da informação soprada por autoridades suíças ao interesse de Temer de colocar os tucanos nas cordas, vai realmente abalar a cúpula do PSDB. Desde que FHC conseguiu enterrar no Parlamento a CPI da Compra de Votos para a reeleição, não há notícias de um único cacique do partido que tenha sido efetivamente punido por seus malfeitos, após uma apuração rigorosa de suas condutas e o devido processo no Judiciário.

O ex-presidente, por sinal, nomeou para a chefia do Ministério Público Federal Geraldo Brindeiro, conhecido pela

alcunha vexaminosa de “Engavetador-Geral da República”. Privatizações, Proer, Sivam... Nenhuma investigação incômoda para os tucanos prosperou. Ao entregar o cargo, Brindeiro deixou mais de 4 mil processos parados em seu gabinete.

Em São Paulo, feudo do PSDB há 24 anos, a proteção ao partido é um fenômeno à espera de explicação. Como conseguiu permanecer a salvo, até agora, um governo acusado de envolvimento nos megaescândalos do trensão, do Rodoanel, da cratera do metrô no bairro de Pinheiros e da privatização dos pedágios, entre tantos outros? Uma pista foi dada por Luciana Zaffalon Leme Cardoso, ex-ouvidora-geral da Defensoria Pública, em tese de doutorado



A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, adotou procedimentos inusuais no caso de Paulo Preto. Sua conduta à frente do caso demonstrará se ela atua, de fato, com independência

defendida na Fundação Getúlio Vargas.

A pesquisadora analisou 566 processos que passaram pela presidência do Tribunal de Justiça entre 2012 e 2015. Encontrou uma única situação em que o governo estadual saiu derrotado, ao questionar a aplicação do teto remuneratório no serviço público, em especial das carreiras do Judiciário. Ao debruçar-se sobre 404 proposições relativas ao sistema judicial apresentadas à Assembleia Legislativa, entre 2011 e 2016, uma nova surpresa. Metade das leis aprovadas nessa seara resultou em aumentos, auxílios e bonificações. Às favas Montesquieu e o princípio da separação dos poderes.

No Judiciário, a discrepância de tratamento para casos semelhantes é igualmente assustadora. Condenado a 20 anos de reclusão por peculato e lavagem de dinheiro, decisão de segunda instância, o ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo aguarda em liberdade o julgamento de recursos. Os crimes ocorreram em 1998, quando o empresário Marcos Valério montou um milionário esquema de caixa 2 para a campanha de reeleição. Quatro anos mais tarde, a mesma “engenharia financeira” seria usada pelo PT. Todos os acusados no processo do “mensalão petista” foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal em 2012. Vários deles cumpriram a pena ou tiveram a punição extinta, caso do ex-ministro José Dirceu, após 11 meses na cadeia e quase dois anos de prisão domiciliar. O “mensalão tucano” segue sem um desfecho.

Até lá, boa parte dos crimes pode estar prescrita. Essa é, por sinal, uma das apostas de Paulo Preto. Em março de 2019, o ex-diretor da Dersa completa 70 anos e será beneficiado pela redução do prazo de prescrição dos crimes, que cai para a metade no caso dos septuagenários. Segundo o jornal *O Globo*, ele só não será poupado caso se torne réu ainda neste ano.

Está nas mãos de Raquel Dodge provar que a lei é para todos (e não só o substituto de uma comédia brasileira). •